



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso na cerimônia de lançamento do edital de chamamento empresarial para integrar o capital social da Companhia de Gás do Amazonas

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE JULHO DE 2001

Senhor Ministro José Jorge, das Minas e Energia; Governador Amazonino Mendes; meus queridos amigos Parlamentares; Senhores Diretores de Agências, Procuradores, Vice-Governador, aqui presentes,

Eu queria apenas juntar-me a algumas das considerações trazidas pelo Governador Amazonino Mendes a respeito do esforço que tem sido feito para a solução do problema energético na Amazônia.

Vem de longa data, efetivamente, como disse o Governador, o nosso empenho na solução desse problema. Quem conhece Manaus sabe o quanto ela sofreu com a falta de energia. E digo Manaus para, simbolicamente, representar uma área muito mais ampla. Mas, em Manaus, foi gritante. Até mesmo barcaças foram utilizadas para agregar potência e energia à região. Por consequência, haveria que se equacionar esse problema de energia da Região Amazônica, sobretudo da Amazônia Ocidental.

Tivemos a descoberta de Urucu – fui lá ver e é uma coisa que enche de orgulho os brasileiros o que foi lá feito. Fica no meio da selva, com todos os requisitos de respeito ao meio ambiente. Uma

obra marcante da Petrobras – nós vemos que temos ali uma riqueza muito grande de gás e que há de ser aproveitada.

As discussões havidas foram sempre baseadas em critérios técnicos. Eu mesmo, inicialmente, estava convencido de que seria mais oportuno aproveitar-se a transmissão da Venezuela, de Guri, e trazer um “linhão”, como se chama, da Venezuela para o Brasil. Depois, verificou-se que o custo seria muito elevado, além do custo ambiental, porque teria que atravessar, ao lado da BR-174, a selva. E fizemos a interconexão com a Venezuela.

Devo estar agora, no próximo mês, fazendo uma visita a Roraima e a Santa Elena de Uairén, na Venezuela, que já estão ligadas. Foram anos de luta, problemas ambientais, problemas de populações indígenas. Quantas vezes conversei com os Presidentes da Venezuela – o Presidente Rafael Caldera e, agora, o Presidente Hugo Chávez – para que pudéssemos ter a energia do Guri. Fui a Guri verificar. E trouxemos essa energia. E, agora, aquilo vai redimir o Estado de Roraima.

O Estado de Rondônia padece também de dificuldades energéticas, embora exista a usina de Samuel. Embora estejamos fazendo esforços, é óbvio que o aproveitamento do gás de Urucu é o que vai permitir, efetivamente, uma solução mais estável para a energia em Rondônia, até porque inundações naquela região não seriam aconselháveis, por causa de danos ambientais. Da mesma maneira como o Acre.

Na Amazônia, na parte do Pará, fizemos o “linhão” de Tucuruí. E, com o “linhão” de Tucuruí, aquilo que nunca tinha ocorrido, que era a utilização de Tucuruí para as populações locais, passou a ser viável. Eu mesmo visitei, em algum momento, quando a energia chegou a uma parte do Pará, a transformação que lá ocorre. Fui verificar a inauguração da iluminação na cidade. E já temos até uma bifurcação na direção também, agora, de Belém. Essa energia era somente aproveitada no Maranhão para a produção, basicamente, de alumínio, mas não beneficiava a população local.

Faltava agora consolidar a questão da Amazônia Ocidental. Acredito que a solução desse edital é uma solução engenhosa, porque ela abre perspectivas. Abre perspectivas e permite que a iniciativa priva-

da proponha o que deseja fazer à sua custa e não à custa do Tesouro. Evidentemente, isso significa que a Petrobras venderá o gás, se for o caso, àqueles que se dispuserem a buscar fórmulas alternativas ou um gasoduto. Não fica obstaculizada a possibilidade de a Petrobras fazer um gasoduto ou de quem seja que se disponha a fazer o gasoduto. Apenas vamos ter, em termos práticos, uma verificação: o que é mais rentável? O que é mais econômico, em termos de investimentos e do retorno do investimento? É o gasoduto? É trazer o gás liquefeito? É o gás comprimido? Enfim, abrem-se as oportunidades para que possamos, realmente, modificar a presente situação da Amazônia.

É importante salientar que, se as barcaças forem utilizadas: primeiro, há também mão-de-obra que vai ser utilizada e fonte de riqueza local; segundo, a capilaridade é maior. É maior porque podem ser atingidas cidades ribeirinhas que estariam distantes do gasoduto e que não seriam beneficiadas diretamente pelo gasoduto. Enfim, há muitas oportunidades.

O que é importante assinalar é que estamos equacionando essa questão pensando no futuro da Amazônia, pensando em um modo efetivo de incorporação da Amazônia às transformações do Brasil e preservando aquela característica que queremos, empenhadamente, preservar, da selva amazônica, da Floresta Amazônica, das riquezas naturais, fazendo com que o desenvolvimento, o progresso que a energia permite não se contraponha a uma visão ambientalista, que hoje norteia todas as ações do Estado nacional e dos estados no Brasil. O Governador Amazonino tem razões de estar contente com esse acordo a que se chegou, de lançar-se este edital. Fico, aqui, na torcida, para que efetivamente as coisas ocorram a partir do edital. As possibilidades estão abertas e, aí, a iniciativa privada deverá avançar.

Aproveito a oportunidade para dizer que, neste momento, essa questão da geração do gás passa a ser prioritária no Brasil. Diante da dificuldade que estamos enfrentando com a crise de energia, passamos a ver que convém diversificar a matriz energética brasileira. Diversificar não significa a substituição da matriz de eletricidade por

outro tipo de fonte geradora, porque mais de 90% da nossa – é o que me diz o Ministro – é gerada por via hidráulica. Não é nem desejável que se mude isso. Pelo contrário, estamos expandindo, também, a produção energética. Para os próximos três anos, vamos acrescentar, creio eu, na parte hidráulica, quase 8 mil megawatts, além das 15 termelétricas que são feitas cinquenta e poucos por cento pelo capital privado e quarenta e tantos por cento pelo setor público. Essas 15 termelétricas – que são um número razoável – devem acrescentar mais uns 6 mil megawatts.

Estamos providenciando para que haja o aproveitamento da biomassa. Só na região de São Paulo essa biomassa deve gerar – eles dizem mais –, eu calculo, uns 2 mil megawatts, se nós a utilizarmos bem. Estamos, também, facilitando o acesso às fontes geradoras de energia eólica. O BNDES está financiando tudo isso. Em termos de energia eólica, acreditamos que pelo menos mil megawatts poderão ser acrescentados, sobretudo no Ceará e no rio São Francisco. E ainda mais que no rio São Francisco, na época de seca, é época de vento. Portanto, há aí uma complementaridade. Somando esses megawatts todos, podemos dizer que dos males há que se tirar proveito. Estamos tirando proveito e vamos dar um salto muito grande. Frequentemente me perguntam: quando é que vai terminar o racionamento? Será que vão suspender o ano que vem porque tem eleição? Eu digo: “Olha, se eu fizesse isso, eu seria não só irresponsável como bobo.” Porque a imprensa imediatamente denunciaria que nós estaríamos fazendo um truque. Isso, hoje, não pega mais. Não. Nós estamos fazendo outra coisa. Nós estamos aproveitando essa crise para dar um salto e mostrar que há uma ponte para o futuro em termos de energia. Somando tudo isso, dá uns 20 mil megawatts, disse o Ministro que é mais otimista ainda do que eu, o que não é fácil. São 20 mil megawatts em três anos, mostrando o grande esforço nacional e dando um sinal claro àqueles que investem no Brasil de que podem continuar investindo, porque nós estamos levando adiante as transformações estruturais que são importantes.

Termino, Governador, ao felicitá-lo e agradecer a colaboração de todos, da Agência Nacional do Petróleo, do Governo do Amazonas, da Petrobras, dos nossos Parlamentares que estão sempre seguindo essas questões. Ontem, recebi um relatório do presidente da ANA, que é a Agência Nacional de Águas, Doutor Jerson Kelman, que dirigiu uma comissão que tinha um prazo de 60 dias. Foi uma comissão composta, independentemente do Governo, com pessoas representativas da sociedade e que entendem da matéria. Ela elaborou uma análise sobre o que houve, o que aconteceu, porque chegamos a ter que fazer racionamento. Eu não li ainda esse relatório, mas mandei que se publicasse. Mandei que ele desse uma entrevista à imprensa, porque creio que é preciso que o País se habitue, e o Governo também. Quando há um problema dessa natureza, ele deve ser objeto de análise, não de acusações apenas, não de suposições apenas, mas de análise. Não apenas para dizer quem foi responsável – pode até se dizer. Mas não é esse o problema fundamental. O fundamental é o que se deve fazer para corrigir, se porventura houve, como certamente deve ter havido, desacertos e desencontros na máquina administrativa. É uma espécie de *hearing*, como dizem os americanos, promovido pelo próprio Governo, que fez aí uma análise com um grupo independente. E, quando ele me entregou, eu disse: “Olha, antes que eu leia, publique.” Antes de eu ler, informe a opinião pública, porque é para ser assim, para ser independente, para passar a limpo essas questões.

É com este mesmo espírito, Governador, que estamos realizando este ato hoje. O espírito de gente que não tem o que esconder, que é olhar. O edital está aberto. Venham os fortes, os vigorosos, os que acreditam no Brasil. Eu acredito no Brasil. Parabéns, Governador!

Muito obrigado.